

Moção

Em defesa do Serviço Nacional de Saúde

No passado dia 7 de junho a Comissão de Utentes do SNS de Portimão organizou uma concentração frente ao hospital de Portimão, contra o encerramento da pediatria, da maternidade e do bloco de partos deste hospital.

Na moção aprovada¹ pelos presentes, que vai ser enviada ao Governo e ao Ministro da Saúde, a Comissão denuncia a estratégia seguida por sucessivos governos - principalmente a falta de investimento no SNS² e a transferência das verbas dos orçamentos do Estado para os serviços privados -, estratégia essa que resulta, de facto, no encerramento de serviços e redução de capacidade de resposta por parte do SNS, conquista da democracia portuguesa e garante do direito constitucional e humano à Saúde.

A Comissão lembra que o hospital de Portimão foi já uma referência no país, tendo inclusive ganho prémios “por ser um Hospital amigo dos bebés e pelas condições que tinha nestas valências”, como se pode ler na referida moção.

Atualmente, porém, os quase meio milhão de habitantes da região correm o risco de ficar apenas com a maternidade de Faro, hipótese que não garante, de longe, a resposta adequada às necessidades das populações. A Comissão chama a atenção para o facto de os utentes dos concelhos de Aljezur e Vila do Bispo, a verificar-se aquela hipótese, ficarem a duas horas de distância do hospital de Faro, “com os riscos e os custos que tal medida comportaria”, conforme a moção.

Finalmente, lê-se na mesma moção que “planos de contingência, maior articulação entre urgências e concentração de profissionais em hospitais alternados não resolvem problemas estruturais de falta de médicos no SNS”, reivindicando a Comissão e os utentes em luta a colocação de “todos os médicos, enfermeiros, técnicos de

¹ Ver *Moção contra o encerramento da Pediatria, Maternidade e Bloco de Partos em Portimão – CUSNSP*, diário online Região Sul, 08-06-2023 (<https://regiao-sul.pt/saude/mocao-contra-o-encerramento-da-pediatria-maternidade-e-bloco-de-partos-em-portimao-cusnsp/628031>).

² Dos 914 milhões de euros inscritos no Orçamento do Estado para 2023, o Governo, no primeiro trimestre, apenas executou 67 milhões de euros, cerca de 7%.

diagnóstico, e todos os outros profissionais em falta nos quadros do SNS” e a concretização das “justas reivindicações laborais e salariais dos profissionais de saúde [...] de modo a fixá-los no Hospital de Portimão.”

Considerando o exposto, a Assembleia de Freguesia da Luz, reunida em sessão ordinária em 23-06-2023, deliberou:

1. Afirmar a exigência do cumprimento e efetivação do Direito à Saúde, nos termos previstos na Constituição, mediante um Serviço Nacional de Saúde público, universal e gratuito;
2. Exigir do Governo medidas urgentes e necessárias para garantir a fixação de profissionais de saúde no SNS, desde logo atendendo às suas reivindicações;
3. Exigir do Governo o aumento do investimento e uma maior autonomia das unidades do SNS, baseado num modelo de gestão pública e democrática, envolvendo na sua definição os contributos dos utentes, dos profissionais de saúde e das autarquias;
4. Saudar as lutas dos profissionais e dos utentes de Saúde em defesa deste desígnio constitucional e direito humano;
5. Dar conhecimento desta deliberação ao Presidente da República, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, ao Ministério da Saúde, à Comissão de Utentes do SNS de Portimão e a órgãos de comunicação social, bem como publicar nos sítios da Freguesia na internet.

Luz, 23 de junho de 2023